



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
GAIA CRED II SECURITIZADORA DE
CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2018
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balço patrimonial.....	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado.....	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	13
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	13
3 Resumo das principais práticas contábeis.....	14
4 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas.....	16
5 Aplicações financeiras	17
5.1 Hierarquia de níveis - ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo.....	17
5.2 Movimentação das aplicações financeiras.....	18
6 Carteira de créditos	18
6.1 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios.....	18
7 Impostos a recuperar.....	20
8 Contas a pagar	20
9 Obrigações fiscais	20
10 Debêntures	21
11 Patrimônio líquido	22
12 Despesas gerais e administrativas	23
13 Resultado financeiro.....	23
13.1 Receitas financeiras	23
13.2 Despesas financeiras	24
14 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros.....	24
15 Análise de sensibilidade.....	26
16 Cobertura de seguros	27

GAIA CRED II SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Relatório da Administração

Fundada em 1º de julho do ano de 2016, a Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º. Andar – Vila Nova Conceição – São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros.

Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores.

Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras.

Em 2018, a Gaia Cred II quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2016 e 3 (três) séries de debêntures em 2017.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2017, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Controles sobre a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as debêntures da Companhia

Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 8, a Companhia mantém registrado direitos de créditos financeiros vinculados às suas emissões de debêntures, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos financeiros tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira das debêntures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos financeiros as correspondentes debêntures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debêntures em conexão as suas obrigações.

Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos mesmos, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros; (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

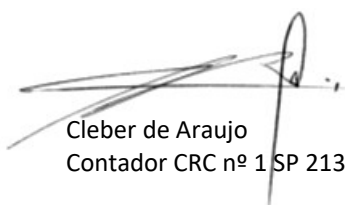
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2019

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Aplicações financeiras	5	5.047	4.911	Contas a pagar	8	75	19
Carteira de créditos	6	535	1.896	Obrigações fiscais		9	16
Partes relacionadas.		-	3	Partes relacionadas		-	22
Adiantamentos a fornecedores		3	3	Debêntures	9	998	2.041
Impostos a recuperar	7	11	3				
		<u>5.596</u>	<u>6.816</u>	Total do passivo circulante		<u>1.082</u>	<u>2.098</u>
Não circulante				Não circulante			
Carteira de créditos	6	287	-	Exigível ao longo prazo			
		<u>287</u>	<u>-</u>	Debêntures	9	4.800	4.717
						<u>4.800</u>	<u>4.717</u>
				Patrimônio líquido/passivo a descoberto			
				Capital social		1	1
				Prejuízos acumulados		-	-
				Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto	10	<u>1</u>	<u>1</u>
Total do ativo		<u><u>5.883</u></u>	<u><u>6.816</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>5.883</u></u>	<u><u>6.816</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(2.203)</u>	<u>(3.039)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(2.203)</u>	<u>(3.039)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	7.991	12.550
Despesas financeiras	12	<u>(5.788)</u>	<u>(9.511)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>2.203</u>	<u>(3.039)</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada de ações	10	<u>1</u>	<u>1</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$	10	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1	-	1
Prejuízo do exercício	10	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	-	1
Prejuízo do exercício	10	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	-	-
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em contas a receber	1.074	3.672
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(8)	(3)
Aumento (redução) em partes relacionadas	(19)	19
Aumento (redução) em contas a pagar	56	(119)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(7)	(22)
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>1.096</u>	<u>3.547</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	(960)	832
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	<u>(960)</u>	<u>832</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>136</u>	<u>4.379</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.911	532
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>5.047</u>	<u>4.911</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>136</u>	<u>4.379</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	45	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.189)	(3.022)
Valor adicionado bruto	<u>(2.144)</u>	<u>(3.022)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(2.144)</u>	<u>(3.022)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.946	12.550
Valor adicionado total a distribuir	<u>5.802</u>	<u>9.528</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>5.802</u>	<u>9.528</u>
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	17	17
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e prêmios	5.785	9.511
Remuneração de capitais próprios		
Lucros/prejuízos acumulados	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 13 de junho de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 01 de julho de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações com finalidade de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Em 07 de julho de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias.

- Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real.

Dessa forma em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debênture no valor de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) conforme nota explicativa nº 8.

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016.

- Em 02 de outubro de 2017, A Companhia formalizou instrumento para emissão de debêntures por meio da escritura particular da 2ª (segunda) emissão série 1ª (um) no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) e da 3ª emissão em duas séries sendo a série 1ª (um) no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais) e a série 2ª (dois) no valor de R\$ 1 (mil reais).

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 4.701 (quatro milhões setecentos e um mil reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram integralizados R\$ 300 (trezentos mil reais) referente a 3ª (terceira) emissão.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 13 de março de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

(e) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para a qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Custo amortizado

São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

(f) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perderam valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, exceto pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

(h) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda dos processos.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

(k) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(l) Apuração do resultado

A receita ocorre pela recuperação dos créditos inadimplidos, e é a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e com base na recuperação efetiva realizada pela Companhia até a data-base do balanço.

(m) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 16 - “Operações de arrendamento mercantil”: A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.

IFRIC 23 – “Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro”: A norma procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	4.397	4.823
Invest fácil	<u>650</u>	<u>88</u>
Total	<u>5.047</u>	<u>4.911</u>

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo.

A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 93% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2021.

A taxa de juros média contratada para aplicações em fundos de investimentos é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2021.

5.1 Hierarquia de níveis - ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Títulos para negociação” e dos “Títulos disponíveis para venda” mantidos pela Companhia:

	Tipo de Instrumento	2018			2017		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários	Valor Justo	-	4.397	-	-	4.823	-
Investfácil			650			88	

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	2018	2017
Saldo inicial	4.911	532
Aplicação/resgate	(145)	4.348
Receita financeira	281	31
Saldo final	5.047	4.911

6 Carteira de créditos

Os montantes contabilizados referentes a carteira de crédito foram classificados como recebíveis e correspondem a direitos de créditos financeiros vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas operações serão exercidas pelo Banco BTG Pactual S.A sociedade anônima com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 10º ao 15º andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

6.1 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios

(a) Descrição das características dos direitos creditórios

São representados por direitos creditórios inadimplidos adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos bancários sem coobrigação do cedente oriundos de operações de financiamentos de veículos. Estes créditos foram precificados mediante a aplicação de metodologia específica da Administração da Companhia. Neste sentido, os valores quando efetivamente realizados poderão ser substancialmente diferentes dos valores estimados e constantes na carteira em 31 de dezembro de 2018. O deságio é reconhecido conforme o recebimento dos créditos.

(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

O único Critério de Elegibilidade a ser observado para aquisição de Direitos Creditórios pela Securitizadora é que os Direitos Creditórios devem ser de titularidade de pessoas físicas.

A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos Direitos Creditórios a Securitizadora, deverão verificar as Condições de Cessão avaliando o *aging* dos vencimentos de suas composições e o valor de aquisição dos direitos creditórios.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

(d) Composição da carteira de crédito

As aquisições dos direitos creditórios ocorreram substancialmente durante o exercício de 2016 e 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Securitizadora adquiriu direitos creditórios no montante de R\$ 858(R\$ 16 em 31 de dezembro de 2017). O prazo de recuperação dos créditos previsto nas projeções de fluxo futuro preparadas pela Consultora Especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditórios.

Está representado da seguinte forma:

Cedente	2018	2017
Banco BTG Pactual S.A	274	1.880
Programa Vivenda Ltda.	548	16
Total	822	1.896
Circulante	535	1.896
Não circulante	287	-

(d.1) Movimentação

	2018	2017
Saldo inicial	1.896	5.568
Aquisições de carteiras	637	16
Amortizações	(9.376)	(15.980)
Juros carteira de crédito	7.665	12.292
Saldo final	822	1.896

(e) Valor justo

Para ativos referentes a carteira de crédito, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes efetuadas pelo próprio banco investidor a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por “impairment” desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia está utilizando a precificação de custo de aquisição de 1% quando comparável ao valor de mercado de 3% a 5%.

Os créditos adquiridos com percentuais acima de 5% referem-se a créditos performados e sem quaisquer problemas de recuperação.

Custo de aquisição	2018	2017
PRINCIPAL	858	24
EST FMV	637	16
% do custo de aquisição	74%	67%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia adquiriu créditos performados com uma taxa de desconto de variável que serão realizados nos próximos 60 meses.

7 Impostos a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	11	3
	11	3

8 Contas a pagar

	2018	2017
Agentes de cobrança	55	15
Serviços de advocacia	20	4
	75	19

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Debêntures

Em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de Debêntures, sem remuneração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016.

Em 15 de outubro de 2017, a Companhia realizou duas emissões de debêntures da seguinte forma:

- 2ª Emissão série única no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a. e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados.
- 3ª Emissão 1ª série no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a. e 2ª série no valor de R\$ 1 (um mil reais) sem remuneração e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados.

Em 31 de dezembro de 2018 estão representadas da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1ª Emissão série única	998	5.926
2ª Emissão série única	2.153	2.000
3ª Emissão 1ª série	3.212	2.700
3ª Emissão 2ª série	1	1
Amortizações	(344)	(3.365)
Juros debêntures	344	16
Redução do valor nominal das debêntures	(566)	(520)
Total	<u>5.798</u>	<u>6.758</u>
Passivo circulante	998	2.041
Passivo não circulante	4.800	4.717

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações.

Espécie: com garantia real.

	<u>1ª Emissão</u> <u>Série única</u>	<u>2ª Emissão</u> <u>Série única</u>	<u>3ª Emissão</u> <u>Série 1ª</u>	<u>3ª Emissão</u> <u>Série 2ª</u>
Valor original	100.000.000	2.000	3.000	1
Valor unitário	1	100	100	1

Destinação dos recursos: Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis.

Pagamentos condicionados: A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração adicional (prêmio): Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados à debênture e paga em parcelas mensais.

Garantias: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures.

Dação em pagamento: Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

Fundo reserva: São constituídos para cada série de debêntures e será limitado a um valor mínimo de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais).

10 Patrimônio líquido

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2018, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

Capital social

Em 27 de outubro de 2016, houve a integralização de capital no montante de R\$ 1.000, respectivamente, mediante a emissão de 1.000 ações, totalizando 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo todas já sido integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social era de R\$ 1 (mil reais) representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social era dividido da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Nova Atlantis Participações Ltda.	99,99%	999	999
Outros	0,01%	1	1
Capital subscrito	100%	1.000	1.000

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 11.638/2007) em 31 de dezembro de 2018, não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Lucro por ação (*)

De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social conforme demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo Atribuível aos acionistas da Companhia	-	-
Média Ponderada do número de ações durante o exercício/ período	1	1
Prejuízo por ação (R\$)	-	-

11 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas serviços de terceiros	(2.061)	(2.924)
Despesa com anúncios e publicações	(53)	(60)
Despesas tributárias	(21)	(36)
Despesas com utilidades e serviços	(68)	(19)
	<u>(2.203)</u>	<u>(3.039)</u>

12 Resultado financeiro

12.1 Receitas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros - carteira de crédito	7.665	12.291
Receita de aplicações financeiras - CDB	281	31
Outras receitas	45	228
	<u>7.991</u>	<u>12.550</u>

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prêmio de debênture	(5.439)	(9.471)
Juros sobre debêntures	(344)	(16)
Outras	<u>(5)</u>	<u>(24)</u>
	<u>(5.788)</u>	<u>(9.511)</u>

13 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

As aplicações financeiras da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) junto ao Banco Bradesco.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Gestão de risco de capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso.

O objetivo da Companhia é atingir um retorno sobre capital de 10% a.a. Contudo, por estar no início de suas operações e ter realizado apenas uma operação, o retorno do sobre o capital foi negativo.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento líquido

O índice de endividamento da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro está representado pela tabela a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Índice de Endividamento (a)	<u>99,99%</u>	<u>99,99%</u>

(a) Passivo circulante + Passivo não circulante sobre o total de ativos da companhia.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 5.047 aplicados em certificado de depósitos bancários.

Garantias de crédito

As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são:

Garantia Real

Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Companhia cedeu fiduciariamente os créditos adquiridos aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário conforme escritura de emissão.

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a pagar, partes relacionadas e obrigações fiscais (a)	2019	84	57
Debêntures (b) - Nota 10	2027	<u>5.798</u>	<u>6.758</u>
Total		<u>5.882</u>	<u>6.815</u>

(a) Os passivos financeiros não derivativos serão liquidados nos vencimentos que foram acordados com os fornecedores, cujo prazo máximo para liquidação é de até 31 de março de 2019.

(b) Os passivos financeiros derivativos serão liquidados no vencimento da operação, apenas os prêmios obedecerão à periodicidade mensal quando houver fluxo disponível. As debêntures emitidas possuem vencimento entre 07 de julho de 2026 e 15 de outubro de 2027.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia em gerar caixa e os prazos para pagamentos variam de 3 a 6 meses, caso os negócios não sejam efetivados, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Os passivos financeiros derivativos serão liquidados com base no retorno que a Companhia obter sob a aquisição de créditos, desta forma mantendo liquidez suficiente para liquidá-los no prazo de vencimento acordado.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Para os ativos financeiros, a Companhia estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como o caixa é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's e fundos de investimentos que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI 93% conforme descrito na nota explicativa nº 5.

14 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2018 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2018, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 6,50% a.a.. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 5,25% a.a. 3,50% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2018.

<u>Operação</u>	<u>Posição 12/2018</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	5.047	CDI	6,50%	4,88%	3,25%
Receita projetada			328	246	164

* * *